



PREFEITURA MUNICIPAL DE IJACI

Estado de Minas Gerais

RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO

- APRESENTAÇÃO

Nos termos do art. 74 da Constituição Federal, art. 59 da Lei Complementar nº 101/00, art. 63 a 66 da Lei Complementar nº 33/94 e em atendimento ao disposto na instrução 003/02 do TCE/MG e Lei Orgânica deste Município, combinados com os artigos 75 a 80 da Lei n.º 4.320/64, apresentamos o RELATÓRIO ANUAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO, parte integrante da prestação de contas referente ao exercício de 2016.

- INTRODUÇÃO

O encerramento das contas do exercício financeiro de 2016 deixou evidenciado a evolução das práticas adotadas na administração pública com relação ao planejamento e acompanhamento da execução orçamentária.

A metodologia criada pela Lei de Responsabilidade Fiscal para garantir o equilíbrio, a transparência e o controle das contas públicas está se consolidando à medida do uso, demonstrando que a condução dos negócios públicos está pautada na gestão fiscal responsável.

Nestes aspectos, procuramos durante o ano de 2016, otimizar a prestação de serviços interna e externa, sendo incisivos e exigentes quanto à necessidade de planejar a programação financeira e a realização dos desembolsos, preservando a legalidade e desta forma também garantindo a legitimidade dos processos.

A postura do Sistema de Controle Interno neste processo foi a de atuar de forma integrada, visando o cumprimento dos programas e metas do governo, atendendo desta forma toda a legislação que rege a matéria, acompanhando de forma prévia, concomitante e subsequente todas as ações desenvolvidas, visando a proteção dos ativos, a obtenção de informações adequadas, a promoção da eficiência operacional, a estimulação da obediência e do respeito às políticas da administração, zelando também pela gestão otimizada dos processos desta administração.

- AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS MESTAS PREVISTAS NO PPA E NA LDO

O Plano Plurianual – PPA foi utilizado como um instrumento de planejamento estratégico das ações deste governo ao mesmo tempo que orientou a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IJACI

Estado de Minas Gerais

Procurou organizar todas as ações a serem desenvolvidas no Município em programas, compatibilizando-os aos recursos disponíveis, decorrentes do planejamento da receita e da despesa e da entrada e saída efetiva de recursos financeiros, destinados inclusive, a financiar despesas de custeio.

Na avaliação do cumprimento das metas correlacionamos a eficácia, a eficiência e a efetividade, de forma que nosso objetivo foi o de constatar se:

- a meta atingida foi a meta proposta?
- não poderia gastar menos ao se realizar a ação?
- a ação alcançou, de fato, os anseios da população?

Também considerou a arrecadação das receitas do nosso Município, a qual não se efetivou de modo esperado mas sendo, portanto, suficiente para dar cumprimento ao Plano Plurianual.

A LDO estabeleceu-se como o elo de ligação entre o PPA e o orçamento do nosso Município. Ao elaborar a LDO selecionamos dentre os programas/ações estabelecidos no PPA, aqueles que consideramos como prioritários na execução do orçamento.

Desta forma a LDO foi o instrumento de planejamento que estabeleceu as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, e que orientou a elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA.

– Despesas de Capital

Apresentamos a seguir, a avaliação das Despesas de Capital executadas em nosso município:

O município obteve um aumento em seu patrimônio como bens permanentes incorporados no valor de R\$ 1.146.958,74

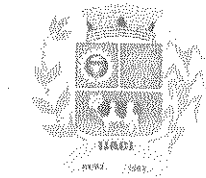
Portanto consideramos de grande valia para nossa população, os recursos aplicados, a fim de se melhorar a qualidade de vida em nossa cidade.

– QUANTO A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

– Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão orçamentária

A execução orçamentária foi realizada segundo os mandamentos definidos na Lei nº 4.320/1964, na Lei nº 8.666/1993, na LRF e demais legislações pertinentes.

Após a publicação da LDO, atendendo os art. 8º e 13 da LRF, foram elaborados, os quadros de Programação Financeira, Cronograma Mensal de Desembolso e Metas Bimestrais de Arrecadação, com o objetivo de buscar (manter) o equilíbrio das contas públicas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IJACI

Estado de Minas Gerais

Dessa forma atentamos primeiramente para a receita, geração e montante, e depois definimos a despesa, quando seriam efetivados os gastos e os respectivos montantes, sempre de forma a estabelecer e a garantir o equilíbrio das contas da entidade.

Durante todo o ano foi realizada o acompanhamento da receita e da despesa. Quando era verificada a frustração da receita realizada em relação à prevista, refazíamos todo o planejamento, procedendo, assim, quando necessário à limitação de empenho e movimentação financeira, visando garantir o equilíbrio das contas públicas.

O Orçamento configurou-se em nosso Município como um instrumento de planejamento, indo além da mera estimativa de receita e despesa. Procuramos, através do mesmo, estabelecer políticas voltadas para o atendimento dos anseios da população, equacionando-as com os recursos disponíveis no Município.

– Elaboração do Orçamento

A LOA do Município para o exercício financeiro de 2016, foi elaborada conforme disposições contidas na Lei nº 4.320/1964 e demais legislações pertinentes, tendo sido aprovada por meio da Lei nº 1.273 de 27 de novembro de 2015.

No processo de elaboração da proposta orçamentária, foram verificadas quais eram as demandas existentes nesta entidade e as providências para o seu equacionamento, combinadas com aquelas definidas no PPA, na LDO e com a expectativa de receita para o exercício.

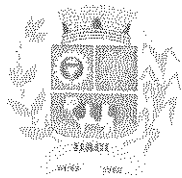
Com relação à estimativa da receita, procurou-se adotar os seguintes critérios:

- a evolução média da receita nos últimos 03 (três) anos, verificada através de métodos estatísticos;
- os fatores conjunturais que poderiam influenciar a produtividade de cada fonte;
- a previsão do repasse do ICMS e do FPM;
- a expansão do número de contribuintes e as alterações na legislação tributária;
- a projeção das receitas transferidas a serem realizadas por outras instituições;
- a legislação vigente.

A fixação da despesa para cada unidade orçamentária decorreu do fato de examinar:

- quais eram as demandas internas existentes, conjugada com a observação histórica das despesas efetivamente realizadas nos 03 (três) últimos exercícios financeiros;
- as metas previstas no Plano Plurianual;
- as metas e prioridades definidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- a implementação de programas de redução de despesas em caráter geral;
- a fixação da reserva de contingência, conforme Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- a receita estimada;
- a legislação vigente.

Sendo assim, tanto a receita estimada quanto a despesa fixada se deram conforme demonstrado no quadro a seguir.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IJACI

Estado de Minas Gerais

LEI ORÇAMENTÁRIA EXERCÍCIO DE 2016			
RECEITA PREVISTA POR CATEGORIA	VALOR (R\$)	DESPESA FIXADA POR CATEGORIA	VALOR (R\$)
Receitas Correntes	36.466.140,00	Despesas Correntes	27.580.012,00
Receitas de Capital	456.900,00	Despesas de Capital	4.300.410,76
Receita de dedução (FUNDEB)	(5.003.040,00)	Reserva de Contingência	39.576,78
TOTAL	31.920.000,00	TOTAL	31.920.000,00

– Execução do Orçamento

Desta forma e de maneira bem simples atentamos primeiramente para a receita – geração e montante e depois definimos a despesa - quando seriam efetivados os gastos e os respectivos montantes, sempre de forma a estabelecer e a garantir o equilíbrio das nossas contas.

A programação financeira consistiu em planejar mensalmente o fluxo de entrada de recursos e com base nele estabelecemos o cronograma de desembolso (saídas de caixa) e os valores a serem distribuídos através das cotas. Ou seja, primamos por conhecer bem o comportamento das receitas durante o ano e atentamos para quaisquer mudanças que de alguma forma poderiam alterar a produtividade de cada fonte durante o exercício financeiro de 2016.

Nestes aspectos a programação financeira – Receita, foi elaborada mensalmente com base:

- na análise do comportamento de receita por receita;
- nas indicações e orientações dos técnicos que trabalham direta e indiretamente com a arrecadação;
- nas indicações com base na proporção de receitas realizadas no ano anterior;
- nas informações oriundas da proposta orçamentária aprovada para 2016;
- nas informações oriundas de receitas vinculadas estimadas;
- na experiência e no bom senso.

Feita a programação da receita, estabelecemos o Cronograma de Desembolso Mensal – Despesa, por meio de:

- indicações baseadas no conhecimento das despesas fixas, tais como: folha de pagamento e encargos, água, energia, telefone, contratos, parcelamentos de dívidas e convênios;
- indicações baseadas na proporção de despesas realizadas no ano anterior;
- indicações dos técnicos que trabalham diretamente com a geração da despesa;
- informações oriundas da proposta orçamentária aprovada para 2016;
- informações do setor de pessoal da entidade;
- informações oriundas de receitas vinculadas estimadas;
- indicações das próprias unidades administrativas da entidade com relação à programação mensal de suas despesas;
- indicação das reservas técnicas;
- informações relativas aos valores a serem repassados mensalmente para a câmara,



PREFEITURA MUNICIPAL DE IJACI

Estado de Minas Gerais

- previsão dos pagamentos dos restos a pagar de exercícios anteriores;
- experiência e bom senso.

- Balanço Orçamentário

Verificando o Balanço Orçamentário observamos a capacidade de planejamento, uma vez que o mesmo demonstra as receitas e as despesas previstas, em confronto com as realizadas, bem como fornece condições para verificar de forma global, o desempenho desta administração em termos de arrecadação e do emprego dos recursos públicos.

O valor da receita orçada para o exercício foi de R\$ 31.920.000,00 e a efetivamente arrecadada totalizou o montante de R\$ 24.308.573,49

- Dos Créditos Adicionais

Os Créditos Suplementares destinados ao reforço de dotação orçamentária foram abertos em conformidade com o que prescreve o artigo 40 da Lei nº 4.320/1964 e artigo 167, inciso V, da Constituição Federal e respeitaram o limite autorizado na LOA e em leis especiais. Os créditos suplementares atingiram o valor de R\$ 3.924.400,00.

Para a abertura dos Créditos Especiais foram observados os requisitos do artigo 40 da Lei nº 4.320/1964, do artigo 167, inciso V, da Constituição Federal, dos artigos 15, 16, 17 e 45 da LRF e a existência de prévia autorização legislativa. Os créditos especiais atingiram o valor de R\$ 3.000,00.

- Reserva de Contingência

A LOA do exercício de 2016 contemplou a reserva de contingência, o valor orçado para o exercício em estudo foi de R\$ 39.576,78. Não foi necessária a utilização do seu montante para nenhum fato relacionado a risco fiscal ou passivo contingente.

- Não há instituto próprio de previdência

- Resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão financeira

O Balanço Financeiro demonstra os recebimentos e os pagamentos de natureza orçamentária e extra-orçamentária, ocorridos no exercício de 2016, conjugados com os saldos em espécie proveniente do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.

Em síntese, a execução financeira no exercício de 2016 assim processou-se:



PREFEITURA MUNICIPAL DE IJACI

Estado de Minas Gerais

BALANÇO FINANCEIRO EXERCÍCIO DE 2016			
INGRESSOS (R\$)		DISPÊNDIOS (R\$)	
Orçamentários	24.308.573,49	Orçamentários	21.966.053,04
Extra-orçamentários	3.662.657,64	Extra-orçamentários	5.161.500,80
Transferências Ativas	172.777,46	Transferências Passivas	952.800,00
Disponível no Período Anterior	3.217.771,90	Disponível para o Período Seguinte	3.281.426,65
TOTAL	31.361.780,49	TOTAL	31.361.780,49

Procedimentos adotados relativos à execução financeira:

- as receitas foram registradas pelo Regime de Caixa e as despesas pelo Regime de Competência;
- o processo de pagamento assegura que foram cumpridas todas as formalidades legais;
- o boletim diário de caixa foi escriturado diariamente;
- as conciliações bancárias foram elaboradas mensalmente;
- os recursos vinculados foram devidamente aplicados nas finalidades específicas, sendo que os saldos não aplicados se mantiveram na conta bancária vinculada para ser aplicado no exercício seguinte;
- os rendimentos de aplicações financeiras de recursos vinculados foram devidamente aplicados nas finalidades específicas;
- foram feitas retenções de Imposto de Renda, quando necessário;
- as aplicações financeiras foram efetuadas em bancos oficiais, tais como:
 - Banco do Brasil S/A
 - Caixa Econômica Federal
- não houve no exercício de 2016 despesas orçamentárias pendentes de quitação até o dia 31/12;
- o balanço financeiro confere com o quadro de apuração de receitas e despesas.

Apresentamos a seguir as metas bimestrais de arrecadação e a programação financeira (prevista e realizada).

METAS MENSAS DE ARRECADAÇÃO - 2016		
Meses	Receita Prevista (R\$)	Receita Arrecadada (R\$)*
1º Bimestre	5.313.403,86	4.012.567,61
2º Bimestre	5.326.596,14	3.719.849,42
3º Bimestre	5.320.000,00	4.098.822,66
4º Bimestre	5.320.000,00	3.737.833,09



PREFEITURA MUNICIPAL DE IJACI

Estado de Minas Gerais

5º Bimestre	5.320.000,00	3.505.667,23
6º Bimestre	5.320.000,00	5.233.833,48
TOTAL	31.920.000,00	24.308.573,49

* Os valores da receita arrecadada apresentam-se com as deduções já realizadas.

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA MENSAL - 2016		
Meses	Despesa Prevista (R\$)	Despesa Empenhada (R\$)
Janeiro	2.656.701,93	3.867.549,78
Fevereiro	2.656.701,93	1.847.004,00
Março	2.663.298,07	1.815.741,68
Abril	2.663.298,07	1.891.859,08
Maio	2.660.000,00	2.180.516,00
Junho	2.660.000,00	1.623.283,79
Julho	2.660.000,00	1.634.924,00
Agosto	2.660.000,00	1.427.073,93
Setembro	2.660.000,00	1.434.073,73
Outubro	2.660.000,00	1.463.558,27
Novembro	2.660.000,00	1.905.940,87
Dezembro	2.660.000,00	870.527,91
TOTAL	31.920.000,00	21.966.053,04

Ativo Financeiro

- Caixa - não constam valores em caixa (disponibilidade de valores em espécie), conforme verificação efetuada no Balanço Financeiro e no Termo de Conferência de Caixa em 31/12.
- Bancos - os saldos dos bancos conferem com os Extratos Bancários devidamente conciliados em 31/12.

Ativo Permanente

- Bens Móveis, Imóveis e de Natureza Industrial - Os bens incorporados e desincorporados estão especificados na relação denominada Demonstrativo dos Bens Incorporados e Desincorporados.
- Almoxarifado - Até o final do exercício de 2016, o estoque de mercadorias em almoxarifado possui o valor de R\$ 30.805,80



PREFEITURA MUNICIPAL DE IJACI

Estado de Minas Gerais

- Dívida Ativa Tributária - o saldo da Dívida Ativa Tributária confere com a Declaração do Setor de Tributação em 31/12 e os lançamentos de inscrições e cobranças foram registrados corretamente. Constatamos que existe sistema de cobrança administrativa e judicial, controle dos prazos prescricionais e que o cadastro de contribuinte está atualizado.

Passivo Financeiro

- Restos a pagar de 2015 – os valores demonstrados no Balanço Patrimonial e no Memorial de Restos a Pagar, estão em igualdade de valores.
- Restos a Pagar de exercícios anteriores R\$ 12.047,83.

- Resultados quanto à eficiência e eficácia da Gestão Patrimonial

Saldo Patrimonial

O Ativo Financeiro totalizou R\$ 3.281.426,65, enquanto que o Passivo Financeiro foi de R\$ 137.977,95 no exercício de 2016.

O Ativo Permanente corresponde ao valor de R\$ 5.299.657,04.

- Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações ocorridas no patrimônio durante o exercício, resultantes ou independentes da execução orçamentária, evidenciando o resultado patrimonial apurado no exercício.

Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial é a diferença entre as Variações Patrimoniais Ativas e as Passivas e representa as alterações patrimoniais do exercício.

Em 2016, apurou-se um superávit de R\$ 2.248.237,51.

- Não houve Operações de Créditos

- Dívida Fundada Interna

Valor da dívida Fundada em 31-12-2016

Obrigações a curto prazo com a União R\$ 607.821,61.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IJACI

Estado de Minas Gerais

- Demonstração da Dívida Flutuante

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE EXERCÍCIO DE 2016						
TÍTULOS	Saldo Anterior	Inscrição	Restabelecimento	Baixa	Cancelamento	Saldo Final
Restos a Pagar	2.467.278,85	0,00	0,00	1.388.677,08	1.066.553,94	12.047,83
Serviços da Dívida a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos e Consignações	342.038,48	1.676.567,49	0,00	1.895.296,65	0,00	123.309,32
Débitos de Tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Geral	2.809.317,33	1.676.567,49	0,00	3.283.973,73	1.066.553,94	135.357,15

Este quadro demonstra a dívida de curto prazo, ou seja, a dívida com prazo de vencimento inferior a 12 meses. Todas as obrigações da entidade de curto prazo (Restos a Pagar, Serviços da Dívida a Pagar, Depósitos e Consignações, Débitos de Tesouraria) estão corretamente demonstradas na Dívida Flutuante.

- O valor das inscrições confere com as receitas extra-orçamentárias demonstradas no Balanço Financeiro.
- O valor das baixas confere com as despesas extra-orçamentárias demonstradas no Balanço Financeiro.

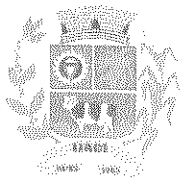
- Inventário Geral Analítico

Todos os valores constantes no Inventário Geral Analítico de 31/12/2016 guardam paridade com as demais demonstrações contábeis.

Todos os valores constantes no Inventário Geral Analítico podem ser comprovados através de extratos, declarações, carga patrimonial, certidões e outros documentos hábeis.

- Análise do Equilíbrio das Contas Públicas

ÍNDICE DE PRONTA LIQUIDEZ		
TÍTULO	2015	2016
Disponível em Caixa e Bancos (A)	3.217.771,90	3.281.426,65



PREFEITURA MUNICIPAL DE IJACI

Estado de Minas Gerais

Passivo Financeiro (B)	2.703.375,05	137.977,95
Índice de Pronta Liquidez (A/B)	1,19	23,78

** Indica que para cada R\$1,00 de dívida de curto prazo de 2016, a entidade possui disponível em Caixa e Bancos **R\$ 23,78**

ÍNDICE DE LIQUIDEZ IMEDIATA		
TÍTULO	2015	2016
Ativo Financeiro (A)	3.217.771,90	3.281.426,65
Passivo Financeiro (B)	2.703.375,05	137.977,95
Índice de Liquidez Imediata (A/B)	1,18	23,78

** Indica que para cada R\$1,00 de Passivo Financeiro de 2016, a entidade possui disponível **R\$ 23,78**

– Análise da observância dos limites para a inscrição das despesas em restos a pagar

Quanto aos Restos a Pagar, não houve nenhum restos a pagar inscritos no exercício de 2016.

– Análise da observância dos limites e condições para a realização da despesa total com pessoal

A apuração da despesa com pessoal ocorreu ao final de cada quadrimestre, tomando-se por base os gastos no mês de referência mais os gastos dos onze meses anteriores, adotando-se o regime de competência, ou seja, o mês de referência de empenho da folha de pagamento.

Segundo os totais das Folhas de Pagamentos e Balancetes, no que se refere às despesas com o Executivo, deduzindo o montante que cabe aos pensionistas e aposentados, foram aplicados à quantia de R\$ 12.488.691,68, o que perfaz o montante de 51,552% da receita corrente líquida, atendendo plenamente o limite de 54% imposto pela LRF.

– Levantamento de Horas Extras

Mensalmente foi enviado ao executivo para providências os valores pagos em folha de pagamento a título de horas extraordinárias, juntamente, foi sugerido soluções para diminuição destes gastos e até mesmo por um fim nestas horas, sendo só, como o próprio nome diz, para casos *extraordinários*.

Segue o demonstrativo dos valores pagos durante o ano:

Meses	Valores Pagos (R\$)
-------	---------------------



PREFEITURA MUNICIPAL DE IJACI

Estado de Minas Gerais

Janeiro	2.153,68
Fevereiro	0
Março	0
Abril	338,20
Maiο	0
Junho	0
Julho	0
Agosto	0
Setembro	0
Outubro	0
Novembro	0
Dezembro	0
TOTAL	0

– Dos Gastos com a Educação

No exercício de 2016, foi aplicado o montante de R\$ 6.612.880,46, o que corresponde ao percentual de 28,435%, atendo assim a meta estabelecida pela Carta Magna de 25 % das receitas correntes líquida.

No que tange aos recursos destinados ao FUNDEB, foram aplicados em conta bancária separada para o pagamento de pessoal do ensino fundamental, infantil, especial e de jovens e adultos, a quantia de R\$ 2.154.547,31, se enquadrando dentro dos percentuais exigidos pela legislação pátria, enquanto que o restante foi aplicado na manutenção do ensino fundamental e infantil de forma geral.

– Dos Gastos com a Saúde

Segundo os registros nos balancetes e no seu quadro respectivo, foi aplicado o montante de R\$ 6.197.290,15, o que corresponde ao percentual de 26,648%, atendendo plenamente o limite mínimo de 15% estabelecido pela Constituição da República.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IJACI

Estado de Minas Gerais

Conclusão

Diante do exposto, o órgão de Controle Interno é do parecer que as metas previstas no plano plurianual, priorizadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, e os programas do governo municipal elencados na lei orçamentária do exercício, foram cumpridas em sua maioria. De outra parte, no que se refere à legalidade dos atos de gestão financeira orçamentária, financeira e patrimonial, salvo melhor juízo, foi ela observada. Quanto à eficácia e eficiência, da gestão, os resultados obtidos foram os previstos nas leis orçamentárias com proveito para a coletividade atendida.

O processo de Prestação de Contas foi examinado por este Controle Interno, o qual constatou que o mesmo encontra-se devidamente instruído, com os elementos de que trata a Instrução Normativa nº 007 e 008 de 2005 e representa de forma fidedigna as informações e os documentos que deram origem às peças contidas no processo.

A administração neste seu exercício consolidou a busca pelo equilíbrio econômico-financeiro, pautando sempre pelo respeito aos princípios administrativos, pela aplicação dos recursos públicos da melhor maneira possível ao atendimento dos anseios da população, dentro dos parâmetros permitidos por lei.

As demonstrações contábeis apresentadas, representam adequadamente em todos os aspectos legais, a posição patrimonial e financeira desta entidade em 31 de dezembro de 2016, referente ao exercício findo naquela data, de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade, estando, portanto, a Prestação de Contas em condições de ser submetida à apreciação do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Ijaci, 16 de fevereiro de 2017.

Danielle Aparecida Carvalho
CPF 014.450.706-42
CONTROLADORIA GERAL